

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 07-02-2022.

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e cinquenta e seis minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Jonas Reis e Moisés Barboza. Foi APROVADO requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 2ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 018 e 026/21, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 035/21, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 095, 190, 261, 324, 342, 350, 361, 382, 383, 388, 401, 425, 454, 465, 504, 529, 530, 540, 565, 569, 571 e 576/21, os Projetos de Lei do Executivo nºs 032 e 055/21 e os Projetos de Resolução nºs 043, 066, 069, 071, 072, 073, 075, 076, 077, 078, 079, 080, 082, 083 e 084/21. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Leonel Radde, Airto Ferronato, Jessé Sangalli e Lourdes Sprenger. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Aldacir Oliboni. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Giovane Byl, Karen Santos e Aldacir Oliboni. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Mônica Leal. Foi apregoado o Ofício nº 211/22, do Prefeito, comunicando que se ausentaria do Município no dia vinte e oito de janeiro do corrente, a fim de participar de reunião em São Paulo – SP. Foi apregoada a Emenda nº 02, assinada por Mônica Leal e Cassiá Carpes, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 037/17 (Processo nº 2148/17), e foi APROVADO requerimento solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Às dezesseis horas e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim, Mônica Leal e Giovane Byl. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pela 1ª Secretária e pelo Presidente.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 14h56min: Solicito ao diretor legislativo que proceda à verificação do quórum, para que possamos iniciar a 001ª Sessão Extraordinária.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e quatro Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 14h56min: Há quórum. Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0431/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 018/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que inclui arts. 8º-A e 72-A na Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012 – que consolida a legislação sobre criação, comércio, exibição, circulação e políticas de proteção de animais no Município de Porto Alegre e revoga legislação sobre o tema –, e alterações posteriores, vedando a realização de tatuagens e a colocação de piercings, inclusive os microdermais, com fins estéticos em animais, e estabelecendo aos infratores as sanções previstas no art. 32 da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro 1998 – Lei de Crimes Ambientais –, e alterações posteriores. **Com Emenda nº 01, do Ver. Leonel Radde. (SEI 208.00118/2021-35)**

PROC. Nº 0634/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 026/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que altera o *caput* e os §§ 1º e 2º e revoga as als. *a, b, c, d e e* do §2º, todos do art. 18 da Lei Complementar nº 197, de 21 de março de 1989 - que institui e disciplina o Imposto Sobre a Transmissão Intervivos (ITBI), por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos –, e alterações posteriores, admitindo o parcelamento desse imposto. **(SEI 220.00092/2021-11)**

PROC. Nº 1356/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 035/21, que dispõe sobre a outorga onerosa do direito de construir no Município de Porto Alegre, cria o Fundo Municipal de Gestão de Território (FMGT), altera o inc. VII do art. 2º e inc. XII do art. 6º da Lei Complementar nº 612, de 19 de fevereiro de 2009, altera o inc. III do art. 53-A e o § 5º do art. 111 da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, e revoga a Lei Complementar nº 850, de 17 de abril de 2019. **(SEI 118.00362/2021-15)**

PROC. Nº 0899/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 032/21, que altera o *caput* do art. 92, cria e extingue as Funções Gratificadas constantes na letra *c* do Anexo I, todos da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988 - que estabelece o plano de carreira dos funcionários da Administração Centralizada do Município; extingue Funções Gratificadas no Anexo II da Lei nº 6.151, de 13 de julho de 1988 - que estabelece o plano de carreira do magistério público municipal; dispõe sobre o respectivo plano de pagamento e dá outras providências, e altera o inc. XIX do art. 1º da Lei nº 11.404, de 27 de dezembro de 2012 - que atribui verba de representação aos titulares dos Cargos em Comissão ou das Funções Gratificadas que menciona. (SEI 118.00276/2021-02)

PROC. Nº 0276/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 095/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que cria o Projeto Artes Marciais nas Escolas. (SEI 208.00086/2021-78)

PROC. Nº 0495/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 190/21, de autoria do Ver. José Freitas, que institui o Banco Municipal de Materiais Ortopédicos no Município de Porto Alegre. (SEI 034.00201/2021-16)

PROC. Nº 0649/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 261/21, de autoria da Ver^a Andrea da Matta, que institui o Selo Por Todos. (SEI 240.00001/2021-19)

PROC. Nº 0792/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 324/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina Travessa Anselmo Carvalho Bitencourt o logradouro público não cadastrado conhecido como Passagem Quatro Mil Cinquenta Seis, Bairro Gloria. **Com Emenda nº 01, do Ver. Airto Ferronato.** (SEI 019.00035/2021-73)

PROC. Nº 0819/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 342/21, de autoria dos Vers. Jessé Sangalli, Hamilton Sossmeier e Alexandre Bobadra e das Ver^{as} Comandante Nádia, Fernanda Barth e Psicóloga Tanise Sabino, que veda a vacinação compulsória contra a Covid-19 e quaisquer sanções administrativas ou práticas discriminatórias dirigidas a servidores efetivos, comissionados e temporários, de atividades essenciais e não essenciais, lotados em órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, empresas públicas e mistas, agências reguladoras, representações, entidades e instituições públicas, motivadas pela recusa em se vacinar contra a Covid-19, bem como veda a exigência de comprovação de vacinação contra a Covid-19 dos servidores da Administração Pública Municipal e a proibição da livre circulação de pessoas que se recusarem a se vacinar contra a Covid-19. **Com Emenda nº 01, da Ver^a Fernanda Barth.** (SEI 212.00060/2021-15)

PROC. Nº 0919/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 383/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que inclui inc. V no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 11.213, de 6 de fevereiro de 2012, e alterações posteriores, incluindo a Feira da

Agricultura Familiar – FETAG/RS no rol de exceções à vedação de realização de feiras no Largo Jornalista Glênio Peres. **Com Emenda nº 01, do Ver. Aírto Ferronato. (SEI 019.00061/2021-00)**

PROC. Nº 0925/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 388/21, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que inclui as efemérides Dia Municipal de Conscientização sobre as Distrofias Musculares e Mês de Informação e Conscientização sobre as Distrofias Musculares no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, respectivamente, no dia 17 de setembro e no mês de setembro. **Com Emenda nº 01, do Ver. Alvoní Medina. (SEI 020.00030/2021-39)**

PROC. Nº 0957/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 401/21, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que cria o Programa Inclusão Alimentar. **(SEI 024.00095/2021-81)**

PROC. Nº 1061/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 454/21, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que inclui a efeméride Mês de Conscientização, Valorização e Defesa dos Direitos das Pessoas com Nanismo – Outubro Verde, no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de outubro. **Com Emenda nº 01, do Ver. Alvoní Medina. (SEI 020.00037/2021-51)**

PROC. Nº 1080/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 465/21, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que institui a Política Municipal de Linguagem Simples nos órgãos da Administração Direta e nas entidades da Administração Indireta, bem como na Câmara Municipal de Porto Alegre. **(SEI 222.00126/2021-67)**

PROC. Nº 1148/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 504/21, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que inclui a efeméride Semana das Doenças Mitocondriais no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na terceira semana do mês de setembro. **Com Emenda nº 01, do Ver. Alvoní Medina. (SEI 020.00039/2021-40)**

PROC. Nº 1284/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 569/21, de autoria da Ver^a Bruna Rodrigues, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao Sr. Jeferson de Souza Tenório. **(SEI 221.00188/2021-70)**

PROC. Nº 1298/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 576/21, de autoria do Ver. José Freitas, que denomina Rua dos Princípios o logradouro público não cadastrado conhecido como Acesso E SQ UM Primeira UV Vila Nova, Bairro Restinga. **(SEI 034.00509/2021-61)**

PROC. Nº 1162/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 066/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Edio Emigdio Erig. (SEI 037.00415/2021-90)

PROC. Nº 1344/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 055/21, que autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar Técnicos de Enfermagem por prazo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, de recursos humanos para a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) durante a pandemia pelo novo Coronavírus (COVID-19). (SEI 118.00360/2021-18)

PROC. Nº 0834/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 350/21, de autoria da Ver^a Fran Rodrigues, que altera a al. *a* do *caput* do art. 1º da Lei nº 3.033, de 30 de junho de 1967 – que fixa os feriados municipais –, e alterações posteriores, consagrando Iemanjá no feriado fixo de 2 de fevereiro. (SEI 247.00004/2021-56)

PROC. Nº 0858/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 361/21, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que concede o Título Honorífico de Cidadã de Porto Alegre a Zilda Maria Colossi. (SEI 197.00198/2021-69)

PROC. Nº 0903/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 382/21, de autoria dos Vers. Leonel Radde, Aldacir Oliboni e Roberto Robaina e da Ver^a Daiana Santos, que declara de utilidade pública a Organização da Sociedade Civil - Cirandar. (SEI 208.00239/2021-87)

PROC. Nº 1199/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 529/21, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que declara de utilidade pública a Associação Médica do Rio Grande do Sul - AMRIGS. (SEI 038.00084/2021-97)

PROC. Nº 1200/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 530/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que denomina Acesso José Passuelo o logradouro não cadastrado conhecido como BC Um Rua Lydia Sperb, Bairro Vila Nova. (SEI 024.00150/2021-32)

PROC. Nº 1009/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 425/21, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Rótula Adroaldo Farias da Silva o logradouro público não cadastrado conhecido como Rótula da Saturnino de Brito. (SEI 037.00358/2021-49)

PROC. Nº 1212/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 540/21, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que concede o Título de Cidadã de Porto Alegre à senhora Beatriz Margarida Backes. (SEI 222.00129/2021-09)

PROC. Nº 1291/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 571/21, de

autoria da Ver^a Daiana Santos, que inclui a efeméride Dia Municipal do Tambor no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorado anualmente no dia 29 de setembro. (SEI 209.00191/2021-14)

PROC. Nº 0878/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 043/21, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que institui Sessão Solene, na Câmara Municipal de Porto Alegre, em homenagem ao Movimento Cívico da Legalidade, a ser realizada anualmente na primeira terça-feira após o dia 21 de agosto. (SEI 207.00042/2021-49)

PROC. Nº 1231/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 069/21, de autoria do Ver. Alvoní Medina, que concede a Comenda Porto do Sol à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, RS – APAE. (SEI 020.00042/2021-63)

PROC. Nº 1241/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 071/21, de autoria do Ver. Pedrinho da Tinga, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Régis Lago Pivetta. (SEI 266.00002/2021-48)

PROC. Nº 1242/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 072/21, de autoria da Ver^a Policial Mariana Lescano, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Marcos Vinicius Souza de Souza. (SEI 265.00009/2021-61)

PROC. Nº 1243/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 073/21, de autoria do Ver. Pedrinho da Tinga, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Paulo Renato Maciel dos Santos. (SEI 266.00003/2021-92)

PROC. Nº 1249/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 075/21, de autoria da Ver^a Policial Mariana Lescano, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Ricardo Ariel Zimmerman, médico infectologista. (SEI 265.00007/2021-71)

PROC. Nº 1252/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 076/21, de autoria do Ver. Pedrinho da Tinga, que concede a Comenda Porto do Sol ao Pastor Edson Luís Lopes da Silva. (SEI 266.00009/2021-60)

PROC. Nº 1253/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 077/21, de autoria do Ver. Pedrinho da Tinga, que concede a Comenda Porto do Sol à Associação Beneficente Projeto Vencedor. (SEI 266.00010/2021-94)

PROC. Nº 1254/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 078/21, de autoria do Ver. Pedrinho da Tinga, que concede o Diploma Honra ao Mérito à senhora Patrícia Batista Machado. (SEI 266.00008/2021-15)

PROC. Nº 1255/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 079/21, de autoria do Ver.

Pedrinho da Tinga, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Cloir Antônio Pires Duarte. (SEI 266.00007/2021-71)

PROC. Nº 1256/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 080/21, de autoria do Ver. Pedrinho da Tinga, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao Sr. Andre Luiz da Silva Seixas. (SEI 266.00014/2021-72)

PROC. Nº 1273/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 565/21, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que denomina praça Sérgio Skopinski o logradouro público não cadastrado conhecido como Praça Mil Sessenta Sete, localizado no Bairro São Geraldo. (SEI 019.00091/2021-16)

PROC. Nº 1286/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 082/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao Jornal Correio Brigadiano, pessoa jurídica que finda suas atividades para a promoção da comunicação interna da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. (SEI 025.00121/2021-70)

PROC. Nº 1287/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 083/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que concede o Diploma de Honra ao Mérito ao Centro de Educação Profissional São João Calábria, pessoa jurídica de direito privado, que finda suas atividades para a profissionalização de jovens e adolescentes. (SEI 025.00122/2021-14)

PROC. Nº 1288/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 084/21, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à Rede Pampa de Comunicação. (SEI 025.00123/2021-69)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Idenir Cecchim, vereadores e vereadoras, público que nos dá a honra da assistência pela TVCâmara; inicialmente, cumprimento V. Exa., Presidente Cecchim, e aos demais colegas, desejando a todos um bom ano de trabalho na Casa e nas suas atividades políticas em geral. O que me traz à tribuna, no dia de hoje, é um fato que ocorreu na semana passada e que me deixou muito chateado, chateado mesmo, foi uma decepção. Comentava, há pouco, com o Ver. Roberto Robaina esse tema. No ano de 1977, tivemos duas cassações, na Câmara Municipal de Porto Alegre, que foram de repercussão nacional. Foram cassados os vereadores, dos quais fui um grande amigo pessoal, os quais tive a honra de conhecer: Glênio Peres e Marcos Klassmann. Foram cassados numa situação muito singular. Glênio Peres denunciou a existência de tortura e morte nos porões da ditadura militar, e foi cassado; era o líder do MDB. Na época, eram MDB e ARENA. Logo depois o vice-líder assumiu, Marcos Klassmann e, na sessão seguinte, ele fez,

querida Cláudia, o mesmo discurso, repetiu o discurso do líder e foi cassado também. Uma dignidade, uma bravura extraordinária, os dois ficaram sem mandato e eles criaram o que passou a ser denominado, e nós conhecemos até hoje, como Esquina Democrática. Eu tinha 20 anos, e nós íamos assisti-los na esquina da Borges com a Andradas; lá, com fluxo de automóveis intenso, era bem difícil, eles levavam um tipo um caixote, dois ou três caixotes, subiam neles e, com um megafone, falavam e todos nós ouvíamos, e era fantástico aquilo. Pelo menos duas ou três vezes na semana, havia aquele momento especial com os vereadores cassados, líderes de Porto Alegre, líderes da esquerda, e aquele espaço ficou conhecido, Ver. Robaina, como Esquina Democrática, porque era de fato. Lá eles podiam falar e eles utilizavam a prerrogativa de falar como se tivessem, inclusive, imunidade parlamentar, porque eles pegavam pesado, repetiram o discurso da cassação várias vezes, o nome do discurso era "Terra do Silêncio". Alguns anos depois, poucos anos, um prefeito que foi nosso colega - Ver. Mônica Leal, é seu amigo particular, da sua bancada - o então prefeito Guilherme Socias Villela, que era um homem da ARENA, priorizou a Esquina Democrática, tirando os automóveis de circulação para valorizar aquele espaço democrático. Faço questão de fazer justiça em relação ao prefeito Villela, naquele período, quando ele tirou também a circulação dos automóveis na Praça da Alfandega, criando lá um espaço importante para a população. Foi o prefeito Villela, que foi nosso colega vereador, e o valorizando fundamentalmente, eu lembro do que ele disse: "A Esquina Democrática não pode sofrer o risco de atropelamento das pessoas que ali vão exercer a cidadania"; Colega da Ver.^a Mônica Leal, amigo pessoal. Mas agora vem o prefeito Melo e abre o espaço para os automóveis. Mas por que isso? É um desrespeito histórico. O prefeito Melo sempre se disse um homem que combateu a ditadura militar, sempre se disse. Bem, esse fato deslustra a história dele próprio, porque é um desrespeito a um espaço extraordinariamente importante da nossa história de Porto Alegre. A circulação ... Ver. Idenir Cecchim, que sei que tem sensibilidade para o tema, aquilo foi uma conquista de vereadores do então MDB; isso exatamente nos mostra que a nossa história não está sendo valorizada. Nos 250 anos de Porto Alegre, reabrir ao trânsito de automóveis a Esquina Democrática é um acinte à história democrática da capital, a nossa capital que tem naquela esquina, Ver. Radde, de fato, essa história extraordinária; a nossa capital que foi a primeira do Brasil, em 1884, a abolir a escravidão; a nossa capital que foi centro da Legalidade em 1961, e a nossa capital que teve Glênio Peres e Marcos Klassmann cassados em 1977, criando a Esquina Democrática. Depois, quando saem os automóveis daquele espaço, as pessoas muito mais puderem usar aquele local. Foi lá, Ver. Robaina, que nasceu o PSOL, foi naqueles movimentos que V. Exa. e a Luciana Genro promoviam, quando tive a honra de me incorporar àquele movimento junto com tantas pessoas, tantos amigos e amigas, simbolizadas na pessoa da Fernanda Melchionna, que era uma menina, na época, que trabalhava conosco naqueles momentos ali. Enfim, eu acho, Presidente Idenir Cecchim, vereadoras e vereadores, que não tem nenhum sentido, não havia nenhuma reivindicação, não há por que abrir aquele espaço aos automóveis. Ali há espaço para esquerda, para ultraesquerda, para o centro, para centro-direita, para direita; todos têm o espaço para falar, para fazer seus atos e

movimentos na Esquina Democrática. Ela é do povo, ela é de Porto Alegre. Os 250 anos de Porto Alegre, da nossa capital, não merecem um acinte à democracia nesse sentido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Idenir Cecchim; saúdo os colegas vereadores, vereadoras, o público que acompanha a nossa sessão neste início de legislatura de 2022, desejando ao nobre Presidente, na medida do possível, uma grande gestão na defesa da cidade, do seu povo e, acima de tudo, neutralidade nas questões e posições políticas das medidas; nós temos a certeza de que ser presidente é representar a todas e todos os vereadores desta Casa. Portanto, uma boa gestão, em nome da oposição, e, com certeza, estaremos trabalhando juntos na defesa de uma cidade melhor e com menos desigualdade. Este ano está prometendo, nós percebemos que, no período do recesso, muitas pautas importantes apareceram, e que o governo tem que apressar o passo. Vejam só a situação da drenagem da água em momento de grande, de fortes chuvas, o que aconteceu nos últimos dias na nossa querida Porto Alegre. Eu não me lembro que tenha acontecido tanta chuva, e o que, de fato, se percebeu, dito pelo próprio governo, foi que o bombeamento não funcionou e, portanto, a água acabou invadindo até a garagem do Shopping Praia de Belas. Mas vejam a situação que isso pode ocasionar, se ela for constante, como acontece em outros municípios do nosso País, como foi, recentemente, em Minas e, agora, em São Paulo. Importante é que as pessoas percebam que o poder público tem que estar presente. Olha só o que ocasionou isso, após a questão das enchentes ou das fortes chuvas, a falta de água. Nós estamos ainda morando na cidade de Porto Alegre com pessoas que não têm acesso à água. Infelizmente, isso nos leva a um debate muito importante. Nesse processo, liguei para o Presidente da Casa, Ver. Idenir Cecchim, ao qual agradeço, e encaminhamos ao presidente do DMAE um convite, e ele estará presente agora, na próxima quarta-feira, para começarmos um debate dentro da Casa, ver as alternativas, sugestões, enfim. Nós sabemos que o DMAE é superavitário, tem dinheiro em caixa, tem condições de fazer projetos importantes, tem como absorver concurso público, contratar técnicos emergenciais. É preciso atuar rapidamente. Vejam, por exemplo, o que disse hoje, e tem razão, a direção do Jornal do Almoço, coordenada pela jornalista Cristina Ranzolin, numa fala muito pontual do jornalista Paulo Germano, quando ele fala que isso é urgente, que essa situação é indigna. Por que indigna? As pessoas têm que comprar caixa d'água? Não, as pessoas até podem ter caixa d'água como uma opção, mas quem tem que fazer as solicitações e que pode dar um volume de água suficiente no reservatório para que as pessoas possam ter água é o poder público. Portanto, o poder público tem que investir maciçamente nas regiões menos aquinhoadas, nas regiões mais pobres, mais altas, mais difíceis, com um

número significativo de desempregados que, no momento desta crise que passamos com a pandemia, passam por dificuldades. Sabemos que pessoas que não têm água em casa e dependem de um carro-pipa que, muitas vezes, não chega. Uma capital que tem esse problema tem que pensar diuturnamente. O prefeito municipal de Porto Alegre tem se pronunciado que estará no Morro da Cruz, estará em vários bairros da cidade na semana que se inicia e esperamos que, de fato, ele vá com soluções concretas e reais para que num curto prazo de tempo todos os cidadãos possam ter o mínimo de dignidade, que é ter água, luz e acima de tudo a possibilidade de ter o filho na creche, uma vaga na escola e a possibilidade de ter um emprego. O poder público tem a responsabilidade de não só oportunizar tudo isso, pois é uma questão social, é uma questão de vida, é uma questão que o poder público tem que observar em todas as gestões. Tem algumas que foram muito mais acentuadas, até porque as fortes chuvas realmente foram constantes, mas nós percebemos que agora aconteceu uma delas e olhem o que nós vimos na nossa querida Porto Alegre, sem contar com essa situação do Covid. Nós percebemos que por uma decisão nacional do Ministério da Saúde, do Supremo Tribunal Federal as crianças devem ser imunizadas o mais rápido possível, de cinco a onze anos, e percebemos que o poder público, em Porto Alegre, começou a imunizar numa atitude morosa, porque abriu apenas 15 pontos de vacinação. Nós temos hoje mais de 140 postos de saúde que podem oferecer a vacina para todas as crianças e adultos. Então é importante que o governo amplie também os pontos de vacinação para ter esse reconhecimento e acesso universal o mais rápido possível para as pessoas se imunizarem. Para concluir, percebemos que isso é real, concreto e diário e que o poder público tem que se debruçar o mais rápido possível, sem contar com a falta de servidores. Inclusive, percebi agora, Presidente, que tem um projeto de lei que, embora com contratos emergenciais para técnico de enfermagem, nós queremos nos manifestar publicamente que queremos dar o acordo para que isso seja urgente, afinal de contas precisamos repor onde faltam servidores, pois é um grande número deles que está faltando em Porto Alegre, não só no PAC da Cruzeiro, mas nos prontos atendimentos e principalmente na rede de Atenção Básica e no HPS. Um forte abraço, uma boa gestão a todos e sejam todos bem-vindos, com certeza.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Oliboni. O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, presidente, colegas vereadores e vereadoras, população de Porto Alegre que nos assiste pela TVCâmara, hoje está correndo uma pauta aqui na nossa Casa em que um dos projetos de lei está em contraponto ao meu projeto de lei. Então nitidamente o projeto de lei foi protocolado para ser contrário ao projeto de lei que eu protocolei. E sobre o que trata o meu projeto de lei? O meu projeto de lei tem como objetivo a exigência do passaporte vacinal para entrada, para o trabalho nos espaços da Prefeitura. E aí, o projeto da extrema direita

desta Casa tem como objetivo vedar qualquer tipo de projeto nesse sentido. Então eu me sinto muito lisonjeado pela extrema direita da Casa, mas eu quero chamar a atenção que, dentro da Câmara Municipal de Porto Alegre, nós tivemos um salto nos casos de Covid. Tivemos de seis para setenta casos, nesta Casa. E aí, nesta Casa, querem votar um projeto que veda o passaporte vacinal. Eu fico tentando entender onde está a humanidade, a racionalidade de pessoas que gastam seu precioso tempo, que gastam recursos financeiros para fazer campanha contra a vacinação de crianças. Gostaria que essas pessoas passassem os últimos segundos da vida de uma criança, acompanhando a morte, por causa do Covid. É tudo o que eu desejo. Desejo que essas pessoas tenham um choque de humanidade, que pessoas que propagam *fake news*, que parlamentares que propagam mentiras, que distribuem vídeos nas suas redes sociais paguem, mais cedo ou mais tarde, por tudo o que têm feito, pelas mortes que estão acontecendo na nossa cidade e no nosso país. Bom, tivemos uma parlamentar aqui que virou piada nacional, tamanha a mentira. Mas querem vibrar, querem fazer um jogo de cena para um público fanatizado, querem fazer jogo de cena para pessoas que acreditam na tiazinha do WhatsApp e que morram as pessoas, desde que a sua vaga no Legislativo, no Executivo esteja garantida, e têm essa desfaçatez de apresentar um projeto de lei que não quer exigir o passaporte vacinal nesta Casa, onde saltamos de seis para setenta casos, no meio da variante Ômicron, que tem levado a óbito milhões de pessoas no mundo, felizmente, ou infelizmente, não vacinados a maioria, mais de 90%. Talvez alguns estejam perdendo até seus eleitores. Então era bom mudar de estratégia, como mudou o Trump e não insistir numa estratégia que está dando errado, que já demonstrou que é falha. O negacionismo foi para o buraco, mas insistem. Então é muito engraçado a gente ter hoje um projeto em Pauta, na nossa Casa, que tem como objetivo vedar o passaporte vacinal, vindo de pessoas que são contra a vacinação de crianças, que foram contra a vacinação. E graças à vacinação, hoje, nós não temos mais, talvez, um milhão de brasileiros mortos, embora existam pesquisas que demonstrem subnotificação. Parabéns para os autores desse projeto, me sinto honrado. Quero que o nome de cada um de vocês fique na história, quando tudo isso passar, contra o fascismo; quando o fascismo for derrotado, quando o Bolsonaro for colocado na lata do lixo. Assinem esse documento e fiquem colocados no quadro do que há de pior na história. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Cecchim; senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores, ocupo esta tribuna, neste momento, para falar em meu nome, Ferronato e em nome do meu partido PSB, dizendo que, amanhã, 08 de fevereiro, a Rádio Gaúcha completa 95 anos, quase centenária, com uma história, desde a sua fundação, levando informações ao nosso povo gaúcho e também a outros Estados do Brasil e até ao exterior. Portanto, estamos para

cumprimentar, para parabenizar os servidores, jornalistas, todos que atuam naquela emissora, o Grupo RBS, os fundadores da Rádio Gaúcha, suas direções anteriores e a atual. Dizer que a liberdade democrática é sustentada pela liberdade de imprensa, e a Rádio Gaúcha tem uma história de respeito aos seus jornalistas que trabalham diariamente para levar informação à nossa gente, a todos os lares aqui do Rio Grande do Sul. São quase cem anos de tradição e responsabilidade jornalística que merecem ser celebrados. Em muitos momentos, já tivemos a oportunidade de sintonizar a Rádio Gaúcha para ouvir os seus programas. E para não citar todos, vamos citar a Sala de Redação, os momentos jornalísticos, telejornais e também as nossas narrações de futebol. Eu me lembro que, desde guri, lá no interior do Estado, nós ficávamos ouvindo a Rádio Gaúcha para ver o resultado dos nossos times e, ainda hoje, continuo mais ou menos no mesmo caminho, além de todos os outros programas. Portanto, para homenagear a Rádio Gaúcha – eu acredito que é uma homenagem que se faz a todo o povo aqui do Rio Grande do Sul, porque a emissora é parte da nossa história. Quero cumprimentar todos, vida longa e feliz aniversário à nossa Rádio Gaúcha. Um abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Quero falar de vários temas, mas, neste momento, eu queria falar aqui sobre o que foi colocado pelo Ver. Radde, um policial antifascista. Eu o acompanho nas redes sociais e vejo muito o que ele defende para poder saber contrapor ou mesmo elogiar o trabalho dele quando ele faz alguma manifestação aqui na tribuna. Eu vejo que ultimamente ele tem feito uma campanha muito forte a favor do passaporte vacinal. Eu queria aqui fazer um pensamento junto com vocês para ver se concordam com o meu entendimento ou não: o argumento, desde que nós ouvimos o desenvolvimento das vacinas – e todo aquele fechamento precoce que nós observamos na economia lá em 2020, que causou milhares de desempregados e acabou afetando toda a cadeia produtiva do Brasil, gerando desemprego e tirando a renda das pessoas – argumentava que era somente para achatá-la a curva, eram somente mais 15 dias, era apenas mais uma máscara para impedir a contaminação, era só até chegar a vacina, eram apenas duas doses, é apenas uma dose de reforço, é apenas um passaporte vacinal, e logo mais obteremos a imunidade de rebanho... E o que nós podemos perceber, ao longo desses últimos tempos, é que a ciência, convicta da sua realidade, acabou mudando ao longo do tempo. E eu não estou aqui questionando a lógica da ciência, todos nós queríamos que as repostas fossem mais certas do que duvidosas. Mas acabou que os argumentos que aqueles que se colocaram ao lado do fechamento, sem controle da economia, fossem a medida correta de abordar a pandemia, acabaram não se confirmando. E eles, que dizem que se baseiam em fatos para defender o seu ponto, tiveram de mudar a sua retórica ao longo

do tempo para se adequar à realidade. E aqui quero falar sobre o passaporte vacinal. Eu, só para deixar claro, tomei duas doses e tenho o passaporte vacinal para mostrar a quem quiser me questionar. Tomei duas doses da Pfizer no sistema público de saúde. Mas eu acho uma idiotice o passaporte vacinal e vou explicar. Qual é a finalidade do passaporte vacinal? A finalidade de todos nós, que em algum momento, acreditamos na viabilidade do passaporte vacinal, seria proteger as pessoas ao nosso redor da possibilidade de contaminação. O que acontece infelizmente? E, digo infelizmente porque eu queria que isso não fosse verdade, é que mesmo os vacinados e mesmo os não vacinados que se recuperaram da doença continuam podendo pegar a doença e transmiti-la independentemente da vacinação ou não. Se independentemente da vacinação ou não, eu estou passível de pegar e transmitir, não é o passaporte vacinal que garante imunidade, não é o passaporte vacinal que impede a disseminação da doença. Infelizmente não é essa a medida pública que vai garantir o controle do avanço da doença. Felizmente, talvez pela vacinação ou pela evolução da doença causada pela variante Ômicron, que é menos letal, as pessoas estão pegando, sim, em muito mais quantidade, isso acaba explicando, também, o porquê de se ter dez vezes mais infectados aqui, na Câmara, porque tem o histórico de dez, vinte vezes mais infectados no mundo, como um todo, com essa variante. Mas, como as pessoas se vacinaram ou foram infectadas por esta variante que é mais branda, elas acabaram, dentro do seu corpo, dentro do seu sistema imunológico, reagindo a esta doença e a passar por ela com muito menos efeitos colaterais, diminuindo, inclusive, o risco de internações. Então, o passaporte vacinal, que tinha a intenção de evitar a proliferação da doença, só faz sentido se as pessoas vacinadas parassem de pegar a doença, mas nem as pessoas vacinadas e nem as pessoas que pegaram a doença e se recuperaram deixam de poder pegar a doença. Então, não faz sentido o passaporte vacinal, porque ele não cumpre a missão para a qual ele foi planejado, que era evitar a propagação da doença. Nós temos que fazer o que para evitar a propagação da doença? Fazer o mapeamento de casos, o rastreamento, e fazer com que as pessoas que estão, comprovadamente, contaminadas, com a apresentação de sintomas e com um teste positivo, fiquem isoladas pelo período em que estão, potencialmente, propagando a doença, para evitar essa proliferação. Mas o passaporte vacinal que tinha o objetivo nobre de impedir a propagação da doença, infelizmente, não cumpre esse objetivo. Se cumprisse o objetivo, eu seria o primeiro a vir aqui defender, porque seria, sim, um ato de defesa de saúde das pessoas ao nosso redor. Entretanto, isso não afeta, não influencia de maneira positiva a diminuição da propagação da doença. Então, acaba sendo, sim, uma ferramenta discriminatória para que aquelas pessoas que, por convicção ou por ignorância, deixam de tomar a vacina e acabam não podendo frequentar os espaços públicos que são de acesso de todos ou pelos menos deveria ser de acesso de todos. Então, por conta dessa especificidade de a vacinação não impedir a disseminação da doença, bem como a contaminação com recuperação não impedir a disseminação da doença, não faz sentido nós cobrarmos das pessoas o passaporte vacinal. Então, por conta disso, só para deixar claro o meu posicionamento, colocando aqui a minha voz dissonante, sou contra a exigência do passaporte vacinal, embora, onde a lei assim o exigir, eu, como legalista, vou fazer de

tudo para que ela acabe sendo implementada, embora seja contra, pessoalmente, mas não posso, por um posicionamento pessoal, ser contra a lei do meu País. Só para deixar clara a minha posição e falar que hoje não faz mais sentido o passaporte vacinal, porque ele não cumpre o objetivo ao qual foi destinado. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Saúdo a todos, no início de atividades, neste início de 2022, saúdo o novo Presidente, Ver. Idenir Cecchim. Gostaria de dizer que, no final do ano, nós tínhamos uma esperança de iniciarmos este ano sem tantos cuidados, porém a variante Ômicron nos surpreendeu com um grande número de contágios; por isso ainda mantemos os cuidados que já vínhamos tendo. Nesse 2022, também se detectou repetição de casos que, ao longo dos anos, vínhamos enfrentando: alagamentos, inundações, desabrigados, mortes, centralizando-se mais na região de Minas Gerais, onde, segundo consta, tem mais de 200 barragens. Foram revisadas apenas 103, portanto, as outras ainda precisam ser examinadas com técnicos para ver se têm a segurança adequada para não repetirmos os episódios de Mariana e Brumadinho. Foram chocantes os acidentes, como os desabamentos de estruturas que a natureza nos trouxe, como aconteceu com a queda de parte das Furnas, levando a óbito muitas pessoas. Foi muito trágico para quem entra o ano esperando boas notícias, fora os outros locais que continuaram com tempestades, causando tantos danos. As pessoas atingidas recebem uma solidariedade, um auxílio social, mas tudo se vai e tem que se readquirir novamente, e não é continuado esse apoio inicial que vem, às vezes, com uma boa margem de auxílio, tentando recompor. O problema é depois: a moradia que se vai, porque estão numa área de risco, onde foi permitido que ali estivessem. Contudo, enfrentando a pandemia, há dois anos ela transformou nossas vidas. Sou, sim, favorável a todas as vacinas. Eu fiz as três doses, se tiver a quarta também farei, porque nós temos de pensar em nossos semelhantes, em não contaminar pessoas e em não ceifar vidas. Mas, observa-se que há uma despreocupação, tanto que hoje as empresas falam tanto em sustentabilidade e esquecem que tudo isso é uma consequência da natureza; aí vem os desabamentos. E as pessoas não estão preocupadas com o outro que vai adoecer. Então, muitas vezes, os trabalhos tiveram que parar, até o transporte aéreo teve que parar por falta de pessoas com saúde, pois estavam contaminadas com o vírus. Então, observa-se que o ano se iniciou com a repetição de fatos, e tenho esperança, sim, de que vai mudar, mas toda essa mudança trouxe tantos prejuízos, tantas pessoas desempregadas, não só as pessoas das camadas sociais mais baixas. Nós temos a classe média, da qual nós temos que falar também. A classe que perdeu empresas, que não tem recursos nem para pagar a conta de luz e que não tem auxílio social. Essa classe terá que buscar auxílio dos próprios familiares, muitas vezes. Então, essas tragédias recorrentes se assemelham aos anos que passamos.

E vejo falar muito em sustentabilidade, que gerou, também, bilhões. Mas como? Com roupas de grife reaproveitadas, mobiliários que também são reutilizados e muitas outras ações. Mas a sustentabilidade é muito mais, é pensar no meio ambiente, e pensar com seriedade; não é só pensar no cimento, nós temos que pensar nas consequências quando se modifica o ambiente, e aí temos as consequências para os humanos, para os animais, para todo um cenário, e nós estamos pagando um bom preço hoje. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.)
Desiste.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudação ao nosso Presidente, Ver. Idenir Cecchim, colegas vereadores e vereadoras. Estamos num período em que podemos expressar a nossa opinião aos cidadãos e às cidadãs, à Câmara Municipal e a todos aqueles que, porventura, estão assistindo ou vão assistir, sobre o que pensamos de algumas pautas importantes que estão sendo debatidas hoje e continuarão, ao longo de 2022, com certeza, como a questão do combate ao Covid e a questão da infraestrutura da cidade. A infraestrutura trabalha com o que, há pouco, falávamos sobre a questão da falta d'água; a falta de uma vaga para uma senhora que tem uma criança, ou uma adolescente que precisa ter uma creche; o cidadão e a cidadã que querem circular na cidade, e a passagem do transporte público que está muito cara; o cidadão e a cidadã que percebem que a cada momento há uma modificação muito acentuada no Plano Diretor da cidade e que os índices construtivos são vendidos de uma forma muito obscura, na medida em que não se discute com aquela sociedade atingida. Portanto, a questão do Plano Diretor, claro, tem que ser vista pelo conjunto dos cidadãos e cidadãs que hoje podem ser atingidos ou não, mas que têm uma opinião clara e precisa sobre o que querem da orla, o que querem do Centro Histórico, dos bairros da cidade. Nós percebemos que, infelizmente, o governo Municipal, o colega e amigo que foi vereador desta Casa, atual prefeito, Sebastião Melo, não fez no primeiro ano com relação à questão do Plano Diretor. Nós sempre tivemos o costume, na Câmara Municipal, de fazer uma comissão especial que se debruça sobre o tema por três meses, cria comissões com diversos temas em bairros da cidade para discutir a opinião dos cidadãos que ali moram sobre, por exemplo, o impacto ambiental e os índices de construção civil, pois, às vezes, em alguns bairros, percebemos que ainda continuam com quatro andares, no máximo, mas outros estão liberados, praticamente, com grandes arranha-céus. Isso cria um problema que vai impactar ali na frente na questão do transporte urbano, na questão

ambiental, na questão da vizinhança, e infelizmente muitos governos não têm essa visão de socializar seus governos para ouvir o conjunto da sociedade e debater com ela qual o melhor caminho. Portanto, existem governos que são, sim, de direita e extrema direita, que são muito ligados ao capital, que querem a privatização, a entrega do serviço público, querem a terceirização, a entrega da gestão pública, e existem governos mais à esquerda que olham, sim, de uma forma diferenciada com relação à valorização do servidor público, dando seu reajuste no mínimo anual, pois, infelizmente, nos últimos dois governos, há cinco anos, o servidor público não tem reajustes, portanto, é preciso repensar a cidade de uma forma global. Nós percebemos, por exemplo, que na questão da atenção à saúde pública e ao cidadão, o governo Melo, infelizmente, não conseguiu sair com projetos estratégicos que possam atender o conjunto da população. Claro que veio a pandemia, claro que o Covid é uma das principais pautas, é uma das principais ações, mas não podemos ficar só na questão do combate ao Covid. Percebemos que grande parte dos hospitais que tinham serviços de referência para atendimento ambulatorial, para atendimento emergencial, para atendimento hospitalar, para atendimento a uma possível cirurgia, um tratamento de hemodiálise, a um tratamento do câncer, infelizmente essas opções reduziram a sua quantidade e qualidade. Hoje quem tem um plano de saúde está mais seguro, mas quem tem condições de pagar um plano de saúde com os preços do mercado? Realmente estão exorbitantes, e a população - não só a de baixa renda, mas os empregados, os cidadãos e cidadãs - precisa do SUS, como é o portas abertas do Hospital Conceição, do Hospital de Clínicas, mas, infelizmente, dois grandes hospitais da nossa querida cidade não são suficientes para atender a demanda dos porto-alegrenses, até porque são hospitais federais e atendem o conjunto dos cidadãos do Estado do Rio Grande do Sul e até mesmo fora do Estado. E percebemos, na Atenção Básica, que é um compromisso do governo Municipal em contratar, enfim, em fazer concurso público, que é o que nós defendemos na Atenção Básica, que era ter mantido a Estratégia de Saúde da Família funcionando, valorizando o servidor público. Infelizmente este governo continuou com uma pauta negativa, transferindo a gestão para a iniciativa privada na questão da terceirização, agora mantendo somente os agentes comunitários de saúde, os agentes de endemias, e aguardamos aí a transposição, ao menos daquele número significativo ou, eu diria, razoável, que foi reconhecido pelo governo, que infelizmente acabou demitindo grande parte desses servidores que tinham uma enorme qualidade de serviço público com relação ao combate ao Covid, para vacinação e para o atendimento imediato. Poderiam ter sido agora, recentemente, abertos muito mais postos de saúde para as crianças e adolescentes terem a possibilidade da vacinação, mas o próprio governo acabou admitindo que não havia ainda profissionais qualificados para fazer a vacinação. Não sei se não é uma desculpa, porque nesta situação percebemos que foi uma informação do próprio governo, que tinha vacina, mas, infelizmente, ainda não foram imunizadas nem 50% das crianças e adolescentes de 5 a 11 anos em Porto Alegre. Portanto, está muito moroso. Existem ainda muitos colegas que infelizmente vem à tribuna, andam pela cidade e são contra as vacinas, que são contra o passaporte vacinal, como ouvimos a fala recente do meu colega vereador. Olhem, é lamentável! Percebemos que em todos

os lugares controlados e que têm responsabilidade, hoje, estão exigindo o passaporte vacinal. É responsabilidade do poder público acompanhar as ações da comunidade científica, da Organização Mundial da Saúde. Mas, infelizmente, apesar de o governo - no caso, o Ministério da Saúde - acabar concordando, ainda existe um certo número de pessoas, seja em nível federal, estadual ou municipal, que tem essa ideia do negacionismo, que não se imunizam. Pelo contrário, se nós olharmos os dados ora apresentados, e todo dia vimos pela imprensa, todos aqueles que foram imunizados, com a 2.º ou a 3.ª dose, são menos propensos a contrair o Covid-19. E, quando contraído, a ação direta de ter que baixar no hospital é bem menor. A defesa da vacinação para nós é de extrema importância, portanto vamos continuar defendendo a vacina, porque a vacinação é vida e é responsabilidade de o poder público dar a universalização para todos cidadãos e cidadãs. E agora, recentemente, percebemos que, infelizmente, também há uma enorme morosidade, numa grande estrutura, onde o governo municipal terminou o ano de 2021 com o superávit de mais de R\$ 700 milhões em caixa. E olhem as enormes desigualdades que temos na nossa querida Porto Alegre. Pessoas ainda sem água, pessoas sem ter a oportunidade de ter vaga numa creche, há creches que têm 300 crianças aguardando uma vaga. Às vezes, a família até consegue o emprego, mas não têm onde deixar as crianças e os adolescentes. Um grande número de pessoas, devido tamanha desigualdade, sem emprego, ainda estão passando fome aqui na nossa querida Porto Alegre. Se não fossem as ONGs, se não fossem as iniciativas de entidades sociais que se organizam nas suas comunidades e que buscam uma cesta básica para essas famílias, nós teríamos uma desigualdade muito maior. Infelizmente, o poder público não tem esse olhar, eu diria, para os mais pobres, para os menos aquinhoados. E é preciso que o governo vá às comunidades, que ouça as comunidades. Mas, infelizmente, o governo só vai numa crise ou numa calamidade, como aconteceu, recentemente, com as fortes chuvas na nossa cidade e também, agora, com a falta de água, quando o próprio governo se mobiliza para fazer reuniões com o secretariado e depois levar ao prefeito. Nós precisamos de medidas urgentes, que consigam reduzir as desigualdades o mais rápido possível. E, ao mesmo tempo, dar o direito à água, à luz, à escola, à creche. E mais do que isso, para aqueles que não têm uma forma de se manter, ampliar a questão da cesta básica às pessoas que, infelizmente, como falei antes, continuam passando fome. Este período de Grande Expediente eu queria dedicar aos mais pobres, dedicar a minha fala àqueles que ainda acreditam na política. Porque, muitas vezes, a política acaba contrariando as suas próprias ações, na sua morosidade. Porque, quando nós demoramos a chegar para poder resolver o problema, as pessoas perdem sua credibilidade nos políticos e na política. Importante que a Câmara de Vereadores esteja atuante, cobrando o governo, independente de quem quer que seja. Hoje, é o prefeito Sebastião Melo, que tem uma certa expertise, experiência, por ter sido vereador, hoje prefeito, que pode atuar o mais rápido possível. Estrutura tem a cidade, é preciso dar a todos, e o poder público tem, sim, condições de dar a possibilidade de amenizar o sofrimento das pessoas, até porque há recursos em caixa. E é preciso apertar o passo. Esperamos que 2022 seja um ano de mais reconhecimento, pois é preciso

governar para todos, também para os pobres, para os desempregados, para aqueles que precisam do seu alimento e de acesso ao serviço público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Giovane Byl está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, Presidente, Ver.^a Mônica Leal; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste, quero aproveitar este momento de Comunicações, hoje, na retomada das nossas sessões legislativas, no ano de 2022, quero desejar aqui aos meus colegas vereadores, à nossa Casa, aos servidores, que tenhamos um ano de muito trabalho, de muita entrega para a nossa cidade. Este ano é atípico, ano das eleições, em que as pautas e o compromisso com a nossa cidade de Porto Alegre devem estar acima de disputas eleitorais, acima de sofismas, de demagogias, porque a nossa cidade tem pressa. Temos muitos desafios, temos muitos problemas e muitas pautas importantes para enfrentar e para avançar. Esse é o meu desejo, que venhamos a ter um ano muito produtivo na nossa Casa Legislativa. Muito obrigado, Presidente, agradeço esta oportunidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, também queria iniciar desejando um bom início de trabalho legislativo e também um bom início de ano para o povo da nossa cidade, o povo que está na batalha todos os dias, que seja um ano de muitas batalhas e de muitas conquistas. Também quero desejar um bom início de ano para todos os trabalhadores da Câmara de Vereadores. Infelizmente, o nosso janeiro foi atravessado novamente por uma situação de extrema calamidade em Porto Alegre. Com a sensação térmica de quase 50 graus na nossa cidade, um calorão, as pessoas, por sete dias, sem água no Morro da Cruz, com água precária; faltando luz na comunidade da Vila Amazônia; e quando chove, as pessoas não conseguem nem aproveitar a chuva, porque têm os alagamentos. O que aconteceu na Zona Sul da cidade, na Av. Icaraí, aquela enchente - eu moro há mais de 30 anos naquele bairro - nunca tinha acontecido. E isso é reflexo da precarização. As coisas que a gente vota aqui dentro têm consequência, tem consequência a corrupção no DEP, tem

consequência não ter concurso público para técnico do DMAE, não ter projeto, ter esse escoamento dos recursos de um departamento que é superavitário, não tem projeto, não tem iniciativa, não tem trabalhador que consiga executar os projetos, e a Câmara com uma política de não fiscalização. A gente tem que enfrentar essa desigualdade que existe na cidade, não dá para permitir que os problemas da periferia não sejam resolvidos com o grau de urgência e de imediatismo que tem que ter! Falta água nas zonas nobres, falta água nos bairros nobres, logo já é reparada, as pessoas têm caixa d'água; é completamente diferente a situação da periferia! Nós temos que ter política de prevenção e de manutenção das casas de bomba da cidade, nós temos que ter políticas imediatas de contratação de mais carros-pipa, a gente precisa pensar que quando vai chover tem que ter manutenção prévia dos arroios, dos cursos d'água. Isso é tão óbvio para nós, a gente encaminha os pedidos de providência, nós estamos questionando o Executivo em relação a qual a responsabilidade do poder público com a tragédia que aconteceu na comunidade da Vila Cruzeiro, as pessoas perderam tudo, perderam tudo! Tem famílias que perderam tudo! Tem responsabilidade o poder público nesse sentido, a gente tem que apurar para ver qual é a falta de manutenção, qual é o impacto da precarização, que é uma política que vem sendo adotada por esse governo. E não basta querer dizer que a saída é privatizar: nosso transporte coletivo já é privado e é uma porcaria; a CEEE – Equatorial agora vem também prestando um desserviço para o povo que tem a sua conta de luz regularizada, que paga a conta de luz e vem sofrendo com os impactos da privatização. Então não é só a mesma receita de “privatiza!”. Nós queremos trabalhar no sentido do público, mas com dignidade, com transparência, com trabalhadores para executar o serviço, e com cobrança popular. Foi muito importante a comunidade ter se mobilizado – sobretudo do Morro da Cruz –, ter feito protesto em cima do morro, desceram para a Rua Prof. Cristiano Fischer e para a Av. Bento Gonçalves, eu acho que é esse o papel que a população tem que ter para empurrar o Parlamento, para empurrar os vereadores, para que a gente consiga juntos pensar saídas imediatas e também saídas estruturais para esse problema, porque envolve orçamento, envolve estratégia e envolve um acordo entre nós em relação a qual concepção nós queremos ter em relação à água, em relação à drenagem, em relação ao saneamento. Para nós isso é direito, para nós isso não se negocia, para nós não tem que ser uma mercadoria para dar lucro para meia dúzia de empresários que visam o setor como uma forma de ganhar a vida; para nós tem que ser direito, na lógica da dignidade e da transparência. O DMAE vem passando por um processo grande de precarização e nós não podemos permitir que isso aconteça, vai dificultar ainda mais para nós conseguir exigir que o poder público cumpra sua função. Nós fiscalizamos os contratos das empresas terceirizadas que prestam serviço para o Município: é violação de direito trabalhista, é opressão, é assédio o tempo inteiro. Nós não queremos isso para o nosso serviço de água e esgoto na cidade.

Esse é um debate que nós vamos ter que enfrentar novamente este ano, estou vice-presidenta da CUTHAB, que a comissão aqui da Câmara de transportes, de habitação e de regularização fundiária. Vamos deixar para o povo Porto Alegre que nos demandem, nós queremos preencher a nossa pauta da CUTHAB com assuntos

pertinentes à população, a periferia não pode mais sofrer esse abandono e não ter respostas imediatas para os seus problemas. Contem com nosso mandato e contem também com a CUTHAB para ser um espaço de pressão e de mobilização do povo que está aí no sufoco.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudando novamente a Ver.^a Mônica na presidência, colegas vereadores e vereadoras e público que acompanha a nossa sessão, vou voltar ao tema da falta de água. Nós temos aqui em Porto Alegre uma situação muito difícil: ainda não foi solucionada a questão da falta de água no Morro da Cruz, que fica aqui na Zona Leste, onde temos a comunidade São José, a Rua da Represa, a vila João Pessoa, o bairro Bom Jesus, a vila Recreio da Divisa – que também fica próxima a Bom Jesus e a Lomba do Pinheiro –, a Panorama, o bairro Bom Jardim, o Jardim Carvalho e a Agronomia. Portanto, se nós observamos que ainda não está solucionada uma questão de uma infraestrutura antiga, eu diria sem uma certa manutenção por falta de servidores do DMAE, nos causa estranheza, porque às vezes – não estou dizendo que está acontecendo, mas pode – os governos deixam assim: sucatear para ter a justificativa de querer privatizar.

Nós sabemos que o DMAE tem muito dinheiro em caixa, é superavitário, portanto tem condições emergenciais de resolver isso, com certeza, até porque nós percebemos que os reservatórios são poucos, é preciso criar mais alternativas e criar programas de inclusão. Como pode a população comprar caixa d'água e o governo não ter essa sensibilidade, poder criar um mecanismo e dar a eles essa possibilidade quando não têm reservatórios próximos. Trinta ou quarenta pessoas podem ser atendidas por algumas entidades que estão se esforçando como nunca para poder dar essa possibilidade de um reservatório pequeno, mas isso não é suficiente. Nós temos que olhar para todos os cidadãos e cidadãs que ainda estão em uma situação de extrema vulnerabilidade de não ter acesso à água, e o poder público está distante, e aí é o que disse minha colega vereadora: as pessoas precisam trancar uma avenida, as pessoas precisam fazer um ato de protesto, as pessoas precisam se expor a tamanho ridículo que é estar no meio de uma rua gritando por água e luz, sendo que são sistemas tipo SUS, que deveriam ser universais. As pessoas têm que ter esse acesso, e se o governo privatizar, quando essas pessoas poderão ter acesso à água ou à luz? O governo quer sempre entregar para incentiva privada, vender, não ter mais o compromisso da gestão daquele serviço público. Nós temos que olhar a população como um todo. Por exemplo, não há possibilidade, como aconteceu no transporte público: o prefeito teve a coragem de agora, em pleno recesso, fazer um decreto, ao contrário do próprio projeto que ele mandou, que tem que ter três meses para poder trabalhar na ideia da exclusão escalonada dos cobradores do transporte público, pois o decreto previa a demissão de

parte dos servidores, dos cobradores, conforme o decreto, na semana passada, a partir da terça-feira. É óbvio que ele não pode fazer, porque é inconstitucional, porque o próprio decreto, o próprio projeto diz que tem que ter um tempo de readequação e que as empresas oferecerem outras alternativas e não demitir de forma abrupta e irresponsável, sendo que não é isso que o projeto de lei está dizendo.

Então é preciso que o governo seja mais sensível às pessoas e não crie um mecanismo de maior desemprego, de maior exclusão e de menos acesso aos serviços públicos. É um apelo que nós fazemos e nos somamos à indignação, seja da imprensa, dos jornalistas, seja dos cidadãos e das cidadãs, ou seja dos colegas vereadores que têm uma visão mais social e humanitária, porque é uma obviedade, governar para todos é um compromisso, mas é preciso que se tenha coerência e responsabilidade.

Infelizmente, às vezes, a capacidade do governo não tem essa visão social de absorver esses problemas e conseguir resolvê-los. Portanto, fica aqui o nosso ato de protesto e de indignação e esperamos que o governo apresse o seu passo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito ao Ver. Giovane Byl que comande os trabalhos para que eu possa usar o meu tempo para uma Comunicação de Líder.

(O Ver. Giovane Byl assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, colegas vereadores e vereadoras, assessores, imprensa, servidores desta Casa, diretores, Ver. Byl que está comandando os trabalhos, o nosso Presidente Idenir Cecchim que inicia hoje a sua caminhada no comando do Legislativo da capital do Rio Grande do Sul. Eu gostaria, Ver.^a Karen, de lhe passar algumas informações sobre a sua fala no que diz respeito à falta de água, e faço isso com muita segurança, porque participei da reunião no DMAE, onde o prefeito fez um chamamento para que os funcionários daquela área do DMAE, e também os vereadores que assim sentissem vontade de participar para entenderem e para ajudarem, e ali eu vi um prefeito muito ativo, muito preocupado com a questão urgente da falta de água, e tudo isso que a senhora falou aqui sobre os caminhões-pipas, eles foram justamente... Eu não sei a qual dia a senhora se refere, eu estive nessa reunião em janeiro, eu vim exatamente para essa reunião, e até solicitei aos meus assessores que me trouxessem algum material pra que pudesse falar, na data, com precisão, inclusive eu me manifestei naquela reunião, preocupada exatamente porque houve, no passado, um projeto chamado Água Certa nas comunidades, e esse projeto depois foi trocado para Consumo Responsável – eu gostaria, Ver.^a Karen, que a senhora

escutasse a minha fala, porque eu escutei a sua – eu quero lhe dizer, eu vou ser bem rápida, que o prefeito Melo, tão preocupado com essa situação dos moradores, não só mandou baixar imediatamente, custasse o que custasse, os caminhões-pipas, como ele também conversou sobre um projeto para que nós iniciássemos imediatamente, como o Consumo Responsável, para que essas pessoas não ficassem sem água. Inclusive eu recebi um vídeo e mostrei para o prefeito que esse é um assunto que vem acontecendo há longa data – e quero lhe passar, uma pena que que não tenho o *pen drive* agora –, pois os canos estão completamente enferrujados, e realmente precisa ser tomada uma providência.

Então quero aqui tranquilizar a Ver.^a Karen, os vereadores todos que também estão preocupados, assim como eu, porque eu estive naquela reunião e posso dizer que o prefeito Sebastião Melo está atuante, preocupado e determinou que isso fosse prioridade do governo dele. Eu saí muito bem impressionada com os técnicos do DMAE, todos conscientes e extremamente dedicados. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Solicito ao diretor legislativo que faça a leitura das matérias que precisam ser apregoadas ao plenário.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Ofício nº 221/GP, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, por meio do qual comunica sua ausência do Município, no dia 28 de janeiro de 2022, a fim de participar de reunião, na cidade de São Paulo, com a ministra-chefe da Secretaria de Governo do Brasil e com prefeitos de diversas capitais, tendo como pauta questões sobre o transporte público.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Mônica Leal e do Ver. Cassiá Carpes, ao PLCL nº 037/17.

PRESIDENTE GIOVANE BYL (PTB): Em votação o requerimento de autoria dos vereadores Mônica Leal e Cassiá Carpes, solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCL nº 037/17 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

Comunico aos Srs. Vereadores e às Sras. Vereadoras que hoje não haverá Ordem do Dia, pois não houve matéria priorizada pelo colégio de líderes. Nada mais a declarar, estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h05min.)

* * * * *